

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS
HUMANAS DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

ENRICO BIGOTTO

**TRABALHO AUTÔNOMO E O DISCURSO DO EMPREENDEDORISMO: UM ESTUDO
DE CASO**

**SELF-EMPLOYMENT LABOUR AND THE ENTREPRENEURSHIP DISCOURSE: STUDY OF
A CASE**

São Paulo

2022

ENRICO BIGOTTO

**TRABALHO AUTÔNOMO E O DISCURSO DO EMPREENDEDORISMO: UM ESTUDO
DE CASO**

Trabalho de Graduação Integrado (TGI) apresentado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Área de Concentração: Geografia Humana

Orientador: Prof. Dr. Carlos de Almeida Toledo

São Paulo

2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

A939t	Autor, Nome do Titulo do do trabalho acadêmico: subtítulo sem negrito / Nome do Autor ; orientador Nome do Orientador. - São Paulo, 2015. 98 f. TGI (Trabalho de Graduação Integrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Humana. 1. Normalização. 2. Trabalho acadêmico. I. Orientador, Nome do , orient. II. Título.
-------	---

BIGOTTO, Enrico. **Trabalho autônomo e o discurso do empreendedorismo**: Um estudo de caso. Trabalho de Graduação Integrado (TGI) apresentado à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Dedico este trabalho aos meus pais, pelo apoio durante o processo, ao meu orientador pela paciência e orientação, e ao entrevistado, que tornou esse trabalho possível.

RESUMO

BIGOTTO, Enrico. **Trabalho autônomo e o discurso do empreendedorismo**: Um estudo de caso. 2022. 36 f. Trabalho de Graduação Individual (TGI) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

O sistema capitalista século XXI tem indicado diversas transformações em seu funcionamento, e a pandemia do Covid-19 foi um evento que alterou a forma de vida das pessoas, afetando os âmbitos econômicos, políticos e sociais. Com os cortes de contingente nas empresas, trabalhadores desempregados foram obrigados a procurar novas formas de subsistência, e o trabalho autônomo foi uma delas. Assim, a precarização do trabalho acompanhou essas transformações, ao mesmo tempo que se propaga um discurso de empreendedorismo para mascarar essa precarização em um momento de crise sanitária. A realização ou não do valor no setor de serviços pode dar indícios de quais tem sido as possibilidades de exploração do trabalho, da mesma forma que a repetição do discurso do empreendedorismo induz as pessoas a “desejarem” sempre produzir mais, em todos os âmbitos da vida.

Palavras-chave: Precarização do trabalho, empreendedorismo, trabalho autônomo.

ABSTRACT

BIGOTTO, Enrico. Self-employment labour and the entrepreneurship discourse: Study of a case . 2022. 36 f. Trabalho de Graduação Individual (TGI) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

The 21st century capitalist system has indicated several transformations in its functioning, and the Covid-19 pandemic was an event that changed people's way of life, affecting economic, political and social spheres. With the quota cuts, unemployed workers were forced to look for new forms of subsistence, and self-employment was one of them. Thus, the precariousness of work accompanied these transformations at the same time that a discourse of entrepreneurship is propagated to mask this precariousness in a moment of health crisis. The realization or not of value in the service sector can give indications of what the possibilities of exploiting work have been, in the same way that the repetition of the discourse of entrepreneurship philosophies the subjective of people to always want to produce more, in all areas of life. life. To verify these hypotheses, it is necessary to look for real cases.

Keywords: Precariousness of work, entrepreneurship, self-employment.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
PL	Projeto de Lei
IBGE	Instituto de Geografia e Estatística
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO.....	9
2- AS QUESTÕES MATERIAIS DO TRABALHO AUTÔNOMO.....	11
3- O FALSO DISCURSO DO EMPREENDEDORISMO.....	20
4- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	34

1. Introdução

Neste trabalho buscar-se-á apresentar os passos para um estudo de caso desenvolvido através de entrevistas com um vendedor ambulante, no caso o Sr Cleber Magalhães, para entender alguns dos aspectos sob os quais o capitalismo contemporâneo afeta a vida das pessoas. Também, para isso, é necessário buscar no aporte teórico subsídios que permitam maior compreensão do tema estudado. Não é possível tratar de todos os assuntos e pormenores que envolvem o tema, portanto, o texto a seguir buscará apresentar alguns argumentos teóricos que possam dialogar com as entrevistas feitas.

Dois caminhos se apresentaram durante o desenvolvimento do texto, estudo dos argumentos teóricos e o confronto com a realidade objetiva, traduzida nas entrevistas com o vendedor. O primeiro, busca referências na teoria marxista e explicações objetivas sobre a história e os movimentos econômicos e sociais das últimas décadas do século XX e das primeiras do século XXI. No primeiro capítulo, o principal autor utilizado para contextualizar e apresentar essas questões objetivas foi Ricardo Antunes, professor de Ciências Sociais na Universidade de Campinas (Unicamp), especialmente no seu livro *O privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. Este é um autor fortemente influenciado pela teoria de Karl Marx, trazendo uma compreensão sobre a necessidade de superação do capitalismo pelas lutas sociais e a organização política da classe trabalhadora para contrapor a grande perda dos direitos e deterioração do trabalho, que o autor reconhece ter ocorrido no período citado acima, da mesma forma que compõe uma hipótese de uma “nova morfologia da classe trabalhadora”.

O segundo caminho encontrado, com o auxílio dos autores Christian Laval e Pierre Dardot, no livro *A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal*, em que discutem os efeitos subjetivos dos discursos que reconhecem como mais presente do mundo capitalista contemporâneo, ou seja, como o discurso das classes dominantes têm afetado a vida das pessoas de uma forma ampla, buscando reconhecer e delinear os “sistemas de eficácia” e suas consequências. Amplamente apoiados em autores como Michel Foucault e Jeremy Bentham, que passam ao largo do escopo do marxismo clássico, mas que também buscam evidenciar métodos de controle social por meios subjetivos e, para os autores, um novo tipo de ética do capitalismo contemporâneo.

Dessa forma, se faz necessário dizer os motivos pelos quais foi escolhido um vendedor ambulante para embasar a verificação do aporte teórico utilizado nesse trabalho, em detrimento de escolher um trabalhador fabril terceirizado, um trabalhador do comércio com carteira assinada, ou mesmo um que detivesse a sua história pessoal marcada pela égide da precarização do trabalho. Um dos motivos encontrados durante a produção deste texto, foi a proximidade com que essa categoria, que busca a sobrevivência na venda de mercadorias, está na realidade da maioria das pessoas. É possível reconhecer pessoas desempenhando essa atividade a todo momento, nos trens e metrô, batendo na porta das casas, mesmo que muitas vezes contrapondo as legislações e fiscalizações estabelecidas pelo Estado ou empresas, percebendo a marginalidade da maioria desses vendedores durante sua atividade. Também vale ressaltar a questão da detenção ou não dos meios de produção, ou seja, se aquelas mercadorias essenciais para o transporte e manutenção do trabalho, como carros, motos, locais de armazenamento, também são considerados meios de produção de “empreendedores” que foram excluídos dos postos de trabalho formais.

Essa categoria se torna o reflexo mais agudo da precarização do trabalho no capitalismo, não conseguindo assumir nenhum posto de trabalho formal para vender sua força de trabalho, necessitando recorrer ao trabalho

informal para manter algum meio de vida. O Estado, como parte fundamental do sistema capitalista de produção, funciona como maior regulador e fiscal desses movimentos econômicos que demanda o capital, especialmente o financeiro, ao ponto de conhecermos retrocessos nos direitos dos trabalhadores que eram quase centenários, se pensarmos na Consolidação dos Direitos Trabalhistas no Brasil. Esses retrocessos são amplamente associados a uma mudança no discurso das classes dominantes a partir do final do século XX, conhecido como ideologia neoliberal. Tal ideologia aparece amplamente representada nos discursos de *coaching* e outros métodos comunicativos que visam o controle do subjetivo e o direcionamento dos desejos das pessoas. Mas, qual é mais determinante para a manutenção do sistema capitalista e da produção de mercadorias? Os desdobramentos objetivos da economia como forma de interação social e o discurso apresentado pelas classes dominantes podem andar lado a lado, mas nesse texto buscar-se-á ponderar alguns dos pontos trazidos do aporte teórico para ambos os lados dessa análise, ou seja, as determinações objetivas da economia e o discurso propagado pela classe dominante.

Além disso, pretendemos explicitar o diálogo entre o aporte teórico escolhido e as entrevistas realizadas com o vendedor, para verificar na realidade os argumentos teóricos, quais são determinantes e quais não são verificados no caso estudado.

2. As questões materiais do trabalho autônomo

Nesse capítulo discutiremos a respeito das questões materiais do trabalho autônomo, de forma a relacionar com a bibliografia estudada. Por questões materiais, entendemos que sejam aquelas que se contrapõem às que permanecem no âmbito do discurso, ou seja, que atuam como condições materiais existentes, como, caso clássico do pensamento marxista, a detenção ou não dos meios de produção para o reconhecimento das classes socioeconômicas do sistema capitalista – circunstância que se apresenta no estudo do trabalhador autônomo. Dessa forma, o materialismo histórico dialético será o método que nos aproximaremos para apoiar nossas análises, nesse capítulo especialmente, considerando a realidade vista no caso estudado em relação ao aporte teórico nas interpretações das condições econômicas e históricas apresentadas na bibliografia. Faremos um esforço para que o texto parta da situação encontrada na realidade, buscando encontrar elementos na teoria que possam auxiliar na sua interpretação, para que não se constitua apenas numa apreciação superficial dos fenômenos. Durante o capítulo, a obra de Ricardo Antunes supracitada, será o principal aporte teórico para ambientar historicamente os desdobramentos do capitalismo no Brasil. Esse autor apresenta uma tese de mudanças estruturais na classe trabalhadora, o levando a apostar numa “nova morfologia” dessa classe. O capítulo utilizará de alguns argumentos que compõe essa tese para analisar e interpretar o caso estudado do vendedor ambulante. Aqui trataremos também sobre a possibilidade da realização do valor nos serviços, analisando alguns argumentos de Antunes sobre essa questão.

Logo, também se faz importante uma breve apresentação de alguns dados da conjuntura contemporânea que, como se não bastasse os processos e movimentos da sociedade capitalista, ainda há o agravante da pandemia causada pelo vírus Covid-19, que chegou ao Brasil no início de 2020. É um agravante porque impôs condições sanitárias específicas, que causaram uma parada parcial ou total de atividades produtivas devido à necessidade do distanciamento social. O corte de gastos e a diminuição de contingente foram práticas amplamente adotadas pelas empresas, o que levou milhões de trabalhadores a perderem seus empregos durante esse tempo. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), houve um aumento de mais de dois milhões de pessoas buscando empregos no período entre dezembro de 2020 e fevereiro de 2021, em comparação com o período analisado do ano anterior. O caso de Cléber, apresentado a seguir, é um dos muitos e variados casos de desemprego durante esse período.

Cleber trabalhava em uma metalúrgica, onde fazia luminárias. Sempre trabalhou de carteira assinada e nunca havia trabalhado como autônomo, porém já havia pessoas da família trabalhando na venda de queijos e produtos similares, o que o incentivou a iniciar essa experiência de trabalho. Quando perdeu o emprego na pandemia, devido ao corte de gastos, perdeu também a segurança do trabalho com carteira assinada e CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), precisando encontrar outra forma de sobreviver. Relata uma incerteza de arriscar o empreendimento inicialmente, buscando outras formas de se manter empregado nesse meio-tempo, mas depois de convencido, investiu o dinheiro que recebeu na demissão para começar o negócio. Agora está a pouco mais de um ano trabalhando como autônomo e não deseja mais trabalhar como assalariado, continuando, desta forma, nas vendas.

Cleber comenta que não fez nenhum curso técnico ou de especialização após terminar o ensino básico, apenas começou a trabalhar. Segundo suas palavras:

“Já fiz um pouco de tudo, cara... Eu já trabalhei em metalúrgica, de manobrista... eu trabalhei de ajudante de elétrico, eu já fiz um pouco de tudo na minha vida, né!?”

Em relação aos empregos que trabalhou antes, Cleber afirma que todos em que trabalhou eram vinculados à “CLT”, ou seja, com carteira de trabalho assinada, recebendo os direitos trabalhistas, como férias, décimo terceiro, entre outros. Essa é, então, a sua primeira experiência trabalhando como autônomo, no caso, vendedor ambulante e feirante.

A respeito da sua experiência profissional, diz que primeiro trabalhou em uma metalúrgica que fazia portas basculantes de alumínio, na linha de montagem, e depois no almoxarifado. Trabalhou também em outra metalúrgica, fazendo luminárias públicas. Depois de perder o emprego, trabalhou como manobrista de carros por um curto período e então foi quando ingressou para a venda de queijos como trabalhador autônomo. Também comenta sobre a segurança do emprego formal, mas reage argumentando pela possibilidade de se organizar para que nada dê errado. Segue o relato:

“...depois de ter trabalhado bastante tempo na carteira assinada, produzindo luminárias, trabalhando na parte de montagem e depois eu fui para almoxarifado. Depois trabalhei em uma outra metalúrgica, quando eu trabalhava na linha de produção, fazendo portas de alumínio basculantes. Quando eu ia me desligar dessa, eu entrei numa outra metalúrgica. Eu trabalhei na linha de produção também, nós fazíamos luminárias públicas, né... e depois eu trabalhei em alguns estacionamentos de manobrista... E aí de lá para cá eu venho trabalhando como autônomo, trabalhando para mim. É uma coisa que eu sempre tive vontade. Eu sempre tive vontade de trabalhar para mim, só que sempre tive medo, porque, assim, quando você é CLT, você tem garantido ali aquele fazer todo mês. Você sabe que você vai receber.”

Por ser um vendedor ambulante, cada dia da semana ele frequenta um bairro. Seu método para “testar” bons lugares de venda é entrar em algum bairro que está passando e tentar vender seus produtos, batendo em algumas casas até conseguir alguns clientes mais recorrentes, insistindo, mais ou menos, cerca de um mês em cada novo lugar, até que seja adicionado à sua rotina ou retirado dela. Também participa de algumas feiras na região metropolitana de São Paulo.

Em relação às redes sociais, ele diz que são fundamentais, pois se tornam uma vitrine, e acha que deveria divulgar mais seus produtos por esses meios, porém utiliza muito pouco. Falta tempo para aprofundar o uso considerado devido às outras tarefas do serviço, como limpeza dos produtos, meios de transporte e armazenamento, e dos contatos com fornecedores. O tempo que resta é usado com a família.

O estudo desse caso nos coloca com uma realidade muito presente nessas últimas décadas. Na obra *O privilégio da Servidão* de Ricardo Antunes, na parte II do livro, intitulada “*A devastação do trabalho chega ao Brasil (precarização, terceirização e crise do sindicalismo)*”, o autor aborda elementos da história da precarização do trabalho no Brasil, muito centrado na terceirização, contribuindo com a análise e compreensão das mudanças da organização do trabalho contemporâneo no Brasil.

Nas últimas quatro décadas, o capitalismo transformou-se a partir de uma ruptura com o modelo fordista,

passando a reconstruir-se em um novo modelo, pautado pela flexibilidade e pelo domínio da lógica financeira na organização do trabalho e da vida dos indivíduos. Segundo Antunes, “o capitalismo financeiro passou a dirigir todos os demais empreendimentos do capital, subordinando a esfera produtiva e contaminando toda as suas práticas e os modos de gestão do trabalho” (ANTUNES, 2020, p. 157), a partir de elementos próprios, no campo tecnológico, no discurso, pela desregulamentação dos mercados, especialmente o mercado de trabalho e o mercado financeiro, fazendo com que o Estado se tornasse um gestor dos negócios da elite financeira. Essa hegemonia da lógica financeira também se materializa nos âmbitos da vida social. A volatilidade das relações sociais, as constantes inovações no campo tecnológico, os novos discursos empresariais, essas são marcas da transformação do fordismo à flexibilidade da reestruturação econômica da segunda metade do século XX. As novas e precárias formas de contrato, desemprego estrutural, processos de terceirização e privatização dos serviços públicos, a informalidade, são mecanismos vitais da manutenção e ampliação da lógica do capital flexível como é passível de se perceber atualmente.

Mesmo assim, vale ressaltar que o domínio do capital financeiro sobre os capitais produtivos não é uma novidade, principalmente na periferia do capitalismo, que teve a maior parte dos seus investimentos em infraestrutura do final do século XIX e do início do século XX, financiada por capitais estrangeiros, assim como aponta Lenin na sua obra “*Imperialismo, etapa superior do capitalismo*”. Lenin aponta neste livro diversos casos de envolvimento do capital financeiro europeu com o capital produtivo, delineando algumas formas com que esses bancos atuavam na economia europeia e mundial, especialmente na América Latina. Dessa forma, a acumulação que se impunha àquele tempo, já demonstrava o processo de acumulação interminável por meio do capital financeiro, que desemboca no imperialismo. Segundo Lenin (2011, p. 137) o monopólio se configura como uma fase superior do capitalismo, mas é necessário levar “o papel dos bancos” em consideração, senão “apenas teremos uma noção extremamente insuficiente, incompleta, reduzida do efetivo poderio e do papel dos monopólios”.

A crise da acumulação fordista no final dos anos 1960 e início dos anos 1970 foi o estopim para que o capital deflagrasse inúmeros mecanismos de organização do trabalho no processo produtivo com o intuito de se reestruturar e retomar sua completa hegemonia, ameaçada pelas forças sociais de trabalho em 1968, ao questionarem alguns dos pilares da sociedade do capitalista e seus mecanismos de controle social. Antunes (2020) cita mais de uma vez sobre os acontecimentos do ano de 1968 ligados às ameaças das forças sociais ao sistema capitalista de produção, principalmente sobre as revoltas estudantis em maio daquele ano, na França. Entretanto, o que foi observado é uma alteração nas bases ideológicas do discurso empresarial para se adequar ao discurso contraditório dos movimentos sociais, principalmente de esquerda, e maior austeridade por parte das classes dominantes no contexto do trabalho, tendo como ponta-de-lança a ideologia neoliberal que despontava naquele momento. Os autores Laval e Dardot, que retomaremos no capítulo seguinte em relação a outros pontos, também fazem referência a essa relação entre o discurso neoliberal e o discurso da felicidade no trabalho que aparecia como opositor ao avanço da tecnocracia e a “falta de sentido no trabalho”

O advento do modelo toyotista constituiu-se em uma das formas de organização do trabalho que reabasteceu os mecanismos de organização produtiva, para recobrar a acumulação e a valorização do capital, como a da acumulação flexível, do *downsizing*, da gestão organizacional, do avanço tecnológico, dos modelos alternativos ao binômio taylorismo/fordismo, que Antunes apresenta como uma “liofilização organizativa” da empresa, com exemplos em diversas partes do mundo. Esse conceito utilizado por Antunes traz sob sua égide

todos aqueles elementos citados acima, que miram diretamente na redução dos trabalhos improdutivos dentro da empresa e sua maior inserção na concorrência do mercado mundial, a partir da sujeição dos trabalhadores na “qualidade total” e polivalência nos postos de trabalho. Não apenas isso, a liofilização organizativa também visa minar as organizações políticas institucionais dos trabalhadores, os sindicatos, estabelecendo sistemas de recompensas e bonificações para os que atingirem as metas estabelecidas, mascarando a baixa remuneração da força de trabalho enquanto reforça o discurso de entrega total do sujeito para com a atividade que realiza. (ANTUNES, 1999, 52-59)

Assim, o padrão de acumulação flexível foi capaz de articular um conjunto de elementos de continuidade e descontinuidade para criar um modelo relativamente novo. Antunes pontua sete deles: a produção vinculada diretamente à demanda; o trabalho em equipe e variedade de funções; a operação de mais de uma máquina simultaneamente no trabalho; a produção no menor tempo possível; estoque reduzido com senhas de comando para a reposição de peças; ampla utilização da *subcontratação* de terceirizados e contratos precários, assim como a redução da atividade de produção internamente; e os círculos de controle de qualidade para aumentar a produtividade e utilizar-se do “*savoir faire* intelectual”, ou seja, dos atributos intelectuais dos trabalhadores.

O diferencial da empresa flexível foi que, ao mesmo tempo que racionalizava a produção e os gastos, também se apropriava da dimensão intelectual do trabalho, identificando e diferenciando os afazeres de acordo com as necessidades. A crescente influência da tecnologia, como a automação e robotização, e da informação no processo produtivo, possibilitaram essa transição, sustentada pela destruição dos direitos trabalhistas pelo Estado, provenientes da lógica de instrumentalização que o capital exerce nas relações de trabalho. Esses modos de ser do capital flexível tornam essa era a da degradação do trabalho.

O fenômeno da precarização do trabalho tem como seu fio condutor mais rígido a ampla terceirização que vem acontecendo no Brasil há duas décadas. Para Antunes:

“... a terceirização está presente como fenômeno central. Assim, quando se examina a dimensão ‘mercado de trabalho’, isto é, as formas de mercantilização da força de trabalho, encontra-se uma condição de heterogeneidade e segmentação, marcada por uma vulnerabilidade estrutural que se reconfigura, com formas de inserção (contrato) precárias, sem proteção social, com salários mais baixos, presentes na terceirização de forma exemplar e cujo crescimento exponencial pode ser observado em diferentes segmentos da classe trabalhadora.” (2020, p. 161)

Antunes mobiliza casos qualitativos para demonstrar a terceirização em diversos setores econômicos do Brasil, a exemplo da indústria química, petrolífera, os bancários, serviços técnicos-administrativos, etc. Estabelece-se um momento de maior número de subcontratados ou terceirizados, superando o número de contratos efetivos. Nos mesmos exemplos, as diferenças salariais entre os dois modelos também são significativas. Para além dos fatores monetários, a precarização nas atividades também tem sido constatada, a partir do aumento das jornadas de trabalho, imposição de metas inalcançáveis, imposição pelo medo, como abuso de poder, assédio moral, a discriminação dos trabalhadores terceirizados, maior rotatividade, piores condições de trabalho e menos acesso aos benefícios. A ocorrência de acidentes de trabalho também é mais alta entre os terceirizados, uma vez que as práticas de prevenção individual e coletivas são abandonadas, o que leva ao aumento da exposição aos riscos.

A saber, o autor também tece um breve comentário a respeito das questões da precarização do trabalho no Brasil, tendo como seu fio condutor a terceirização, no plano subjetivo, como é possível observar no excerto abaixo:

“Quando se analisa o plano da subjetividade dos trabalhadores, especialmente os terceirizados, percebe-se uma condição de isolamento, de falta de vínculos ou de inserção, em que a perspectiva de identidade coletiva se enfraquece, resultante da descartabilidade, da desvalorização e da discriminação a que estão submetidos, o que dificulta a solidariedade de classe.” (2020, p. 166)

Além dessa dimensão subjetiva ligada à identidade de classe e solidariedade entre os trabalhadores, o autor destaca a queda significativa das atividades dos sindicatos, que começam a ser extinguidos, desvalorizados pelos trabalhadores e, muitas vezes, usados como aparato burocrático que não se tornam mais os espaços de convívio e discussão entre os trabalhadores em seus interesses políticos. O discurso do patronato em relação aos direitos trabalhistas também é estarrecedor, pregando a “modernização” numa economia globalizada e implacável com os direitos dos trabalhadores. O Estado, por sua vez, tem cumprido o papel de regulador dessas demandas, não apenas no caso brasileiro. O autor destaca a importância da PL. 4.330, (Projeto de Lei) “que tem sido caracterizado pelos juristas como um ataque frontal à CLT e ao direito do trabalho no Brasil”. A PL apenas exprime judicialmente e legaliza diversas práticas que já eram de grande incidência, desrespeitando e burlando os direitos trabalhistas, cristalizando a precarização do trabalho em práticas como os salários e 13º atrasados, impossibilidade de férias, FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) não depositado devidamente, etc.

Vale destacar outra passagem na qual o autor discorre sobre o tema:

“Em síntese, a terceirização é o fio condutor da precarização do trabalho no Brasil. Constitui-se num fenômeno onipresente em todos os campos e dimensões do trabalho, sendo uma prática de gestão/organização/controle que discrimina e, ao mesmo tempo, é uma forma de contrato flexível e sem proteção trabalhista. É também sinônimo de risco de saúde e de vida, responsável pela fragmentação da identidade coletiva dos trabalhadores, com a intensificação da alienação e desvalorização do trabalho humano, assim como é um instrumento da pulverização sindical, que incentiva a concorrência entre os trabalhadores e seus sindicatos. Ela ainda cobre com um ‘manto de invisibilidade’ os trabalhadores nela enquadrados, como facilitadora do descumprimento da legislação trabalhista, como forma ideal para o empresariado não ter limites (regulados pelo Estado) no uso da força de trabalho e da sua exploração como mercadoria.” (2020, p. 167)

Na opinião de Antunes, esse movimento amplia o processo de produção de mais-valor, quando se infiltra no setor de serviços, principalmente aqueles que eram de cuidado público e são transferidos à iniciativa privada. O capitalismo na sua forma contemporânea, tida como neoliberal, financeirizado e global, utiliza-se cada vez mais das possibilidades produtivas e de valorização dos serviços privatizados, “incrementando e ampliando as modalidades de extração de mais valor” (ANTUNES, 2020, p. 168)

A partir de uma interpretação do primeiro livro d’*O Capital*, Antunes aponta que a criação de valor só ocorre na esfera da produção, mas que “produção é consumo” e “consumo é produção”, e prossegue afirmando

que o “ciclo completo é constituído por produção, consumo, distribuição ou troca”. No capitalismo contemporâneo, as diferentes áreas de produção estão cada vez mais atrelados um ao outro, se perguntando qual é o papel efetivo dos serviços privatizados na criação de valor. Esse questionamento trazido por Antunes tem a função de abrir os primeiros portões para a apresentação da sua tese sobre uma mudança qualitativa na composição da classe trabalhadora. Essa mudança é apoiada nas formas contemporâneas de organização do trabalho, como o fenômeno da terceirização - que ele discorre longamente -, indicando uma determinação dessas modalidades de organização do trabalho sobre o que ele chama de “morfologia” da classe trabalhadora.

Assim, recorrendo ao segundo livro da obra de Marx, e buscando exemplificar seu pensamento a partir de uma citação deste sobre a indústria de transportes, traz uma reflexão sobre o desenvolvimento dos meios de transporte a partir da precibilidade das mercadorias, em função de encurtar as distâncias entre a produção e o consumo delas. O objetivo central da argumentação do autor é mostrar como as condições objetivas, as necessidades mais primárias para a realização da troca de mercadoria por dinheiro, são determinantes para o desenvolvimento do capitalismo, alterando sua forma de organização e criação ou transferência de valor.

Contudo, a fragmentação dos transportes, ou o aumento de intermediários, não agrega valor ao dinheiro, mas apenas aumenta-o nominalmente em quantidade, já que cada um desses intermediários buscam um lucro mínimo que seja, mas, quando autônomos, não exploram, ou exploram muito pouco o tempo de trabalho vivo, majoritariamente consumindo trabalho morto como mercadoria. A soma desses gastos precisa ser menor do que a quantidade de dinheiro recebida em troca para o trabalho valer a pena. Esse lucro foi escolhido, no caso de Cleber, abrindo-se mão da possibilidade de procurar de um trabalho formal com direitos trabalhistas, ao mesmo tempo que se trocou a pura venda da força de trabalho pelo consumo de mercadorias para manter o “empreendimento”, ou o negócio que busca ser empreendimento, no caso estudado. Isso mostra, principalmente, como a expulsão da força de trabalho das atividades que produzem mercadorias materiais do tipo fabril, podem gerar o efeito de aumento da necessidade do consumo de mercadorias como trabalho morto, para sustentar esses novos negócios.

Para Antunes, Marx “pôde demonstrar como a indústria de transporte, mesmo sem produzir materialmente, acrescentava valor” (ANTUNES, 2020, p, 42), isso por que esse concebia a indústria num sentido amplo. Ainda mantendo-se atento a teoria marxista, Antunes tenta um movimento explicativo em dois tempos. O primeiro é que o processo de produção da indústria de transportes é a realização direta do deslocamento de pessoas ou mercadorias, sendo assim, há um efeito útil que pode ser consumido nesse processo, determinando o valor de troca de tal efeito igualmente a de qualquer outra mercadoria pelo valor de produção neles consumidos (força de trabalho e meios de produção) acrescido pelo mais valor criado pelo mais-trabalho dos trabalhadores ocupados na indústria de transportes. O segundo movimento defende que “o capital produtivo investido nessa indústria adiciona valor aos produtos transportados, em parte por meio da transferência de valor dos meios de transporte” (MARX *apud* ANTUNES, 2020, p. 43) indicando o investimento direto em meios de produção, no caso o transporte, e “em parte por meio do acréscimo de valor gerado pelo trabalho de transporte”. Caracterizando essa última como processo semelhante a qualquer produção de mercadoria, adicionando o valor “pela reposição de salário e mais-valor”. Na interpretação de Antunes, Marx caracteriza um processo de produção dentro do processo de circulação, o que possibilita que se realize o valor mesmo sem a produção de um objeto material final como mercadoria, ou seja, a mercadoria é a própria processualidade do serviço. Essa afirmativa abre precedentes para a argumentação do autor sobre a realização do valor pelos serviços.

Esse processo de produção de mercadoria, pretendido por Antunes, sendo esta mercadoria o consumo de si mesma enquanto um serviço, acrescentaria um valor determinado ao capital caso este fosse amplo e com numerosos trabalhadores empregados por ele, caso das empresas-aplicativo, por exemplo. Isso também corrobora com a tese do autor, exposta nesta obra, da dimensão intelectual do trabalho como uma fonte de retirada de mais-valia, como os serviços de telemarketing. Mas no caso do trabalhador autônomo, essa pretensa mais valia está mais vinculada aos processos de produção das mercadorias que ele consome no seu tempo de trabalho e/ou que vende (combustível, manutenção do carro, etc.). Caso haja uma crescente muito grande da produtividade em relação ao trabalho morto, influenciado pela tecnologia, a taxa de lucro, de quem quer que seja o detentor desses meios de produção de mercadorias, cairá.

Assim, esses processos de serviço que não necessariamente geram algum objeto material como mercadoria, e “se convertem em uma esfera particular de emprego de capital produtivo, que dá continuidade ao processo de produção dentro do processo de circulação” (ANTUNES, 2020, p. 43). Dessa forma, o autor extrai da teoria marxista um de seus argumentos para aproximar os serviços privatizados contemporâneos da possibilidade de criação de valor, no processo de produção de uma mercadoria imaterial, um processo de produção dentro do processo de circulação. Continua com uma nova citação para apoiar sua hipótese, que se refere à produção desse serviço, quando Marx formula que “aqui se paga o próprio processo de produção, e não um produto dele separado” (MARX *apud* ANTUNES, 2020, p. 45). Indica, então, que a necessidade do desenvolvimento dos meios de transporte é de extrema importância para a circulação, retomando a ideia das mercadorias mais perecíveis. Isso a torna uma indústria diferenciada e realizadora de valor.

A partir do desmembramento do tempo de produção em tempo de trabalho e circulação, o autor parte para a afirmação de que “quanto mais próximo de zero se torna o tempo de circulação, tanto maior se torna a produtividade e a produção de mais-valor” (ANTUNES, 2020, p. 45). Isso porque o processo de produção, o seu tempo, incorpora o tempo de trabalho, mas não se resume somente nele, assim como incorpora o tempo não ativo do capital constante. Essa expressão apresentada pelo autor indica uma forte relação com o processo de diminuição do tempo entre as informações necessárias para que se realize a produção de mercadorias, mesmo que seja ela mesma o processo de produção de mais-valor. Ainda assim, reafirma que o mais-valor não pode ser criado fora do processo de produção, mas que uma interpretação rígida do que significa esse processo pode ser fragilizada, uma vez anunciada a possibilidade do processo de produção dentro do de circulação, afirmando-se como uma produção imaterial.

O processo de troca na esfera do comércio não realiza o valor, mesmo sendo um processo importante de venda, sendo, portanto, improdutivo, ele apenas se apropria de parte do mais-valor gerado no processo de produção da mercadoria, ainda que a dinâmica entre trabalhador e patrão seja muito parecida com a lógica que ocorre na formação do capital industrial, a lógica do assalariamento.

Mas, uma vez que a valorização real do capital só possa ser dada no processo de produção de uma mercadoria, quando há exploração do tempo de trabalho humano, mesmo que seja em sua dimensão intelectual, como operar uma máquina – dirigir de um lugar para outro, por exemplo – ou realizar alguma outra ação que se possa se caracterizar como trabalho assalariado em determinadas condições. O necessário é descobrir qual é o destino dessa mais-valia, desse dinheiro valorizado no processo de produção dentro do processo de circulação. A criação desse dinheiro, inflado apenas quantitativamente, tem algum lastro real para dizer que há valor ali? Ora, seria então mais determinante no processo de realização do valor o seu aumento monetário diante de um

processo de produção ampliado do que o lastro criado pelo tempo de trabalho explorado por um terceiro? Por que, em relação a esse segundo ponto, é importante ressaltar que, mesmo que haja lucro, não necessariamente esse acréscimo monetário será imbuído de valor. Há uma soma a ser feita que não pode ser zero. O detentor do negócio, sendo o próprio vendedor ou não, terá algumas coisas a investir que sejam de seu interesse, como o aluguel ou compra de um espaço para sua loja, o automóvel e combustível para se deslocar caso seja um vendedor ambulante, como é o caso estudado, e mais importante, as próprias mercadorias que serão vendidas.

A alegação da produção de uma mercadoria imaterial não elimina da realidade que, quanto mais intermediários no transporte da mercadoria houverem, maior será a quantidade de pessoas interessada em gerar algum lucro sobre aquela mercadoria material que foi produzida em algum momento. A terceirização, se pensarmos num sentido amplo, pode ser entendida também como o processo de pagar a “terceiros” para que realizem um trabalho. Associada à crise que há no mercado de trabalho, essa individualização do trabalho que se cruza com as tecnologias da informação, promovem uma subcontratação que desvincula o contratante de diversos gastos e obrigações trabalhistas com capital constante. A transferência dos pretensos – porém falsos - meios de produção para o trabalhador, ou pelo menos dos seus custos, elimina a necessidade desse investimento e gasto em manutenção. O que se detém aqui, e que é de interesse do trabalhador, não são os meios de produção fabris, aqueles alienados dos camponeses da Inglaterra do século XVII, mas a oportunidade de vender a sua mão-de-obra de uma forma plausível em relação àqueles “meios de produção” que ela já detém, que se não for um carro, uma moto ou uma bicicleta, será a sua própria força de vontade para superar seus limites, como prega o corolário do mérito. Dessa maneira, a ampla concorrência pelos poucos postos de trabalho submete os trabalhadores ao controle das informações, de quem quer vender e de quem quer comprar algo, motivo pelo qual as empresas-aplicativo marcam essa fase ultrainformacional no terceiro setor. O que se faz é dividir em mais intermediários o caminho entre a produção e o consumo dela, cristalizada na venda. Vale ressaltar que essas empresas-aplicativos também cobram taxas de utilização da plataforma dos consumidores.

Em sua obra, Antunes também elenca duas questões principais para a formulação de seus argumentos a respeito da valorização do capital por meio dessas mercadorias imateriais, que valem a pena serem expostas aqui. A primeira é sobre a “conceitualização do que é produtivo e improdutivo”, e a segunda “se refere à sua formulação acerca da materialidade ou imaterialidade da produção e do trabalho. Para responde-las, lista seis pontos de síntese da sua interpretação da teoria marxiana a respeito do conceito de trabalho produtivo.

O primeiro é sobre a restrição da formulação de que o trabalho produtivo é aquele que cria diretamente mais-valor, suprimindo essa formulação para se tornar mais abrangente; o segundo é da condição de ser pago por capital dinheiro e não por renda, uma vez que essa é a forma de pagamento do trabalho improdutivo, que cria valor de uso e não de troca; o terceiro é de que o trabalho coletivo, social e complexo, que argumenta de que não é o trabalhador individualizado o criador do mais-valor, e sim o conjunto de ações, uma capacidade de trabalho socialmente combinada; o quarto é simplesmente por que esse trabalho valoriza o capital, independentemente da sua produção material ou imaterial; o quinto é de que a condição de produtividade está fundada nas relações sociais que permeiam este trabalho, podendo uma mesma ação ser designada em trabalho produtivo ou improdutivo; e, por fim, o sexto ponto aponta que o trabalho produtivo tende a ser assalariado, advertindo, entretanto, que nem todo trabalho assalariado seja produtivo. Depois conceito antagônico de “trabalho improdutivo”, aquele que cria bens de úteis, de valores de uso, e não de troca. Assim, diz que o capital suprime esse tipo de trabalho o máximo possível, fundindo-o ao produtivo. (ANTUNES, 2020)

Mas a tendência não mostra que, ao serem expulsos dos trabalhos classicamente produtivos, como o fabril na produção de mercadorias, esses trabalhadores vão mais comumente para o setor terciário, buscando vender outras mercadorias ao invés de ficarem desempregados? Buscando vender sua força de trabalho em uma conjuntura que diminui cada vez mais os postos de trabalho, em um momento da sociedade capitalista que tem se tornado cada vez mais dependentes das entregas, dos serviços individuais, esses trabalhadores possuem algumas opções. Encontrar um emprego formal novamente; iniciar um negócio vendendo mercadorias, formal ou informalmente; trabalhar em algum serviço ligado a uma plataforma online e/ou de aplicativo; ingressar no serviço público – essas são algumas formas possíveis de se vender sua força de trabalho, mas não necessariamente eles serão bem sucedidos nessa procura.

Utilizando da formulação da teoria de Marx a respeito do trabalho imaterial (ANTUNES, 2020), em que afirma que o trabalho produtivo não se restringe ao de natureza manual ou material, mas que faz parte de um conjunto, de um todo voltado à produção, não podendo assim ser tomando individualmente, mas sempre em relação ao processo coletivo de produção. Assim, enquadra os trabalhos que têm essa natureza imaterial como parte integrante e inerente de um conjunto mais complexo que possibilita a realização do valor no sistema capitalista contemporâneo.

O argumento central aqui é de que, para o trabalho imaterial, é necessária uma infraestrutura material básica. Essa infraestrutura acompanha os desenvolvimentos tecnológicos de ponta *porque* são necessários para aumentar a rotabilidade do capital, buscando otimizar e acelerar todos os passos do processo de produção de mercadorias. Portanto, para um lugar possuir uma força de trabalho mais qualificada operando os meios de produção mais complexos, que “produza” mais imaterialmente, é necessário que se possua uma contraparte que a negue, que seja seu negativo. No capitalismo globalizado isso se torna muito possível, justamente por essa velocidade e desenvolvimento acelerado das tecnologias de informação e comunicação, e pelos transportes. Portanto, essa seria a complexa divisão do trabalho existente no mundo presente, que não afirmaria um “fim do trabalho”, mas o deslocamento e criação de novos polos que coexistam para a manutenção desse movimento. O argumento sobre a indústria dos transportes também se torna central para compreender o pensamento de Antunes, por que valida a possibilidade de mercados diversos, principalmente o de serviços, de realizarem valor, pela adoção de mão-de-obra assalariada, quando exercem um serviço, isto é, uma mercadoria imaterial. Não necessariamente essas duas modalidades de trabalho vão coexistir de forma harmoniosa ou balanceada. Não que haja mais força de trabalho sendo utilizada nos transportes, mas que essas modalidades de serviços que se completam na própria ação de trabalho também estão sujeitas a realização do valor, mesmo que não produzam uma mercadoria palpável.

Também argumenta pela base ontológica do trabalho, transhistórica, que toma apenas uma outra forma devido ao tempo histórico capitalista, que tem como característica uma organização específica das classes detentoras dessas ferramentas e que utilizam o tempo de trabalho na produção de mercadorias para convertê-lo monetariamente e daí extrair uma fonte de poder e privilégios em relação às outras classes que poriam esse movimento em retroalimentação. Dentro do escopo de autores que Antunes apoia suas hipóteses, podemos trazer a concepção de Lukács do trabalho como *pôr* teleológico (LUKÁCS, 2010). Isso significa que toda atividade que o ser humano tome como dispêndio de tempo, pretendendo transformar algo existente em uma coisa ainda não existente, que ele concebe de antemão para resolver uma situação que se põe a sua frente como experiência vivida, o transforma de forma repensar resultados finais diferentes durante a experiência vivida de tal ação ou

situação. Torna-se mais *consciente*, assim como mais *complexo*. Essa complexificação das experiências vividas e repensadas dos pores teleológicos do trabalho, no capitalismo, é mercantilizadora sob a lógica do valor e reconhecida como uma mercadoria e como trabalho, pois produz outras mercadorias imateriais a partir da execução de alguma atividade que possui um pôr teleológico inerente a ação do trabalho, da mesma forma que seu preço é regulado sob a mesma lógica do valor no mercado de trabalho, já que este também é uma mercadoria.

Logo, podemos entender o esforço de Antunes para demonstrar a sua tese sobre a nova morfologia do trabalho, o proletariado de serviços, a partir de uma visão das classes sociais constituintes do capitalismo. Para ele, essa nova morfologia comporta o signo do proletariado em duas questões centrais. A primeira é a legalidade teórica da exploração da mais valia e a realização do valor em uma conjuntura econômica e produtiva que expulsa os trabalhadores do mercado de trabalho formal e produtivo, para o informal – ou para os contratos terceirizados - e improdutivo, já que as novas organizações do trabalho fabril buscam a eficiência por meio da automação dos meios de produção, superexploração do trabalho, os proletários no sentido estrito do marxismo. A segunda ocorre nas transformações dos direitos trabalhistas, na luta entre as forças sociais do trabalho e as determinações do capital sobre o Estado, que busca sempre aniquilar as práticas de organização política da classe trabalhadora e utilizar o aparato do Estado para regulamentar a superexploração do trabalho. Os que mais vem sofrendo com essas mudanças são os trabalhadores terceirizados, prestadores de serviço que poderiam estar sob a tutela do Estado, mas agora são de posse da iniciativa privada.

Vale ressaltar que essa não é uma visão da qual compartilhamos inteiramente. O esforço que faz Antunes para reconhecer os fenômenos da precarização do trabalho é de enorme importância e sem ele seria mais difícil ter um ponto de partida, mas o objetivo desse trabalho é também aprofundar a discussão e propor argumentos para as possíveis lacunas que encontramos durante o processo de pesquisa. A que é mais identificada é a possibilidade que a sua hipótese abre para a confusão do que seria um meio de produção de mercadorias, quando se toma o processo de produção de uma forma mais abrangente. Dessa forma, poder-se-ia argumentar pela real detenção dos meios de produção para aquelas atividades que são tomadas como produtivas e imateriais ao mesmo tempo, mesmo que esses “detentores” dos meios de produção não sejam capitalistas propriamente ditos. Não quer dizer que o capitalismo contemporâneo não se utilize do *savoir faire* intelectual dos trabalhadores, ao contrário, se utiliza cada vez mais dele. O que ocorre na realidade é que, ao transferir a responsabilidade de compra e manutenção das ferramentas de trabalho e da isenção dos vínculos empregatícios e direitos trabalhistas, as grandes empresas não precisam se preocupar com esses gastos e responsabilidades, ao mesmo tempo que o trabalhador ainda é alienado dos seus meios de produção, necessitando muitas vezes utilizar o empréstimo de crédito para comprar essas ferramentas de trabalho, mas que, definitivamente, não são meios de produção. Os meios de produção têm a necessidade de serem meios de produção *coletivos*, como Marx afirma nos Grundrisse (MARX, 2011), senão denotam apenas uma forma de trabalho improdutivo, imaterial e que não realiza valor, dentro da esfera do comércio.

3. O falso discurso do Empreendedorismo

Nesse capítulo serão abordadas algumas questões a respeito do discurso do “empreendedorismo”, ou seja, uma forma de validação da precarização do trabalho que está contida em diversas formas de comunicação, controle do tempo, da informação e das atividades produtivas, incentivos a determinados comportamentos favoráveis a manutenção do *status quo* do sistema capitalista, buscando pulverizar as formas de estranhamento em relação às classes sociais e econômicas. Esse discurso promete uma realidade em que qualquer pessoa, com ou sem capital, pode se tornar um empreendedor e ser “bem sucedido” no mercado de trabalho, se tiver força de vontade e souber valorizar-se enquanto trabalhador. Esse discurso atinge os níveis mais profundos do subjetivo das pessoas, guiando seu desejo e entregando a sua vida a esse conjunto de ideais, alterando profundamente em que as pessoas, principalmente os trabalhadores, depositam seus desejos e ambições (LAVAL, DARDOT, 2016). Dessa forma, a ilusão de igualdade com àqueles que de fato possuem mais recursos para sobreviver e/ou “prosperar” no capitalismo impede, em vários níveis, o estranhamento causado pela desigualdade financeira, alimentar, disponibilidade de tempo e recursos, etc.

Algumas das formas com que esses discursos e controle são implementados, estão ligados fortemente a tecnologia da informação e comunicação, assim como a amplificação do controle dessas informações. A exclusão dos trabalhadores dos postos de trabalho formais, que realizavam uma tarefa diretamente produtiva materialmente, e que agora estão “livres” no mercado de trabalho para procurarem alguma atividade que possa trazer seu sustento, também influencia no aumento dos trabalhadores no comércio ou em serviços que não produzem diretamente mercadorias materiais, que nesse caso estudado, o trabalhador é oriundo do ambiente fabril. Além disso, temos também o aumento crescente das tecnologias da informação nos processos de troca, como a implementação de “maquininhas” de cartão de crédito e débito, normalmente vinculadas a alguma empresa, também as acessibilidades digitais dos bancos por meio dos *smartphones* e computadores, as inovações tecnológicas como o exemplo visto na pesquisa de Ludmila Abílio com os entregadores de aplicativo, no artigo *Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado*. Mas, para além desse fenômeno, existe algum outro traço velado que leva a movimentar esses mecanismos monetários na realidade? Há realização do valor num trabalho como esse, ou é um reflexo da desvalorização do capital? Definitivamente não há produção de uma mercadoria material, sendo esse processo de vendas se tornando muito mais interessante pela comodidade de comprar um produto sem a necessidade de se deslocar, principalmente durante o período pandêmico que vivemos. Essa situação poderia ser enquadrada como empreendedorismo?

Abílio apresenta a definição de Schumpeter (SCHUMPETER *apud* ABÍLIO) para discorrer sobre a questão dos entregadores. Para ele, a definição de empreendedor é aquela pessoa que possui características subjetivas de rompimento dos padrões produtivos, mas também que possui capital para os investimentos objetivos. A autora opõe a ideia do “empreendedor”, que atualmente mascara o processo de flexibilização e precarização do trabalho, produzindo um “embaralhamento entre a figura do trabalhador e a do empresário”. Mesmo assim, essa definição ainda carece da consideração do crédito nessa situação.

No caso do Cléber, ele diz que não precisou inicialmente emprestar nenhum tipo de crédito, pois havia usado o dinheiro que recebeu na demissão do seu último emprego formal para investir nos gastos iniciais. Relata que, a partir do terceiro mês, começou a obter o retorno e pagar os custos do seu investimento. Depois disso foi ocorrendo uma melhora no seu faturamento que o permitiu utilizar o dinheiro de forma mais regrada e investir na compra da maquininha de cartão, que cobra uma taxa quando do recebimento na venda do produto, tanto no

débito, quanto no crédito. Nesse tipo de transação o lucro dele é menor do que se recebesse o valor total das mercadorias no dinheiro. O valor das mercadorias vendidas com pagamento com cartão não demora para “cair”, ou seja, são depositadas na hora pelo banco, tanto no crédito, como no débito.

Em relação a sua jornada de trabalho, ele diz que seu “horário é muito relativo”, e não consegue dizer a carga horária exata, pois esta oscila dependendo do dia. Afirma também que sempre teve o desejo de “trabalhar para ele mesmo”, como autônomo, e de “não cumprir ordem”. Cléber também reage a uma “falta de incentivo” no emprego formal, que no seu entendimento é uma descompensação entre algum incentivo moral ou concreto e a cobrança que é exigida no local de trabalho, sempre punindo até os pequenos erros.

Sobre essa questão Cleber continua sua defesa em ser um trabalhador sem patrão:

“Acontece que você não quer ninguém que te dá ordem, não tem ninguém que fica o tempo todo mandando e te pedindo coisas. Então você sabe do seu compromisso e você faz. Eu posso ser transparente, dessa forma, solto né... também sempre tô conversando com pessoas diferentes e isso para mim é qualidade de vida.”

Cléber se diz realizado com o trabalho que vem desenvolvendo, e mesmo não tendo alterado profundamente sua renda, se diz feliz com o negócio até agora. Para ele, é normal que o início seja difícil, mas que o esforço trará benefícios no futuro. Segundo sua própria frase, “nunca começa de baixo, primeiro, monta uma estrutura”, querendo então “subir esse edifício”, construir algo maior. A sua maior motivação para continuar com esse trabalho é a “liberdade”.

Mesmo assim, Cleber mantém sua posição em relação ao trabalho autônomo, entendendo que é de responsabilidade pessoal a organização das suas finanças, a relação com os clientes, seus momentos de férias e lazer em detrimento do trabalho. Nessa organização financeira, o sujeito como empresa aparece no próprio discurso, que se autossuprime em relação à cobrança dessa mesma organização, das divisões de tempo e das tarefas. Ainda que haja uma separação entre os dois momentos - do trabalho e do lazer - ela é inteiramente fruto dessa organização pessoal. As práticas de férias, horários de trabalho, remuneração planejada e benefícios vindos do trabalho são menos interessantes do fato de não “ter patrão”, ou seja, ter justamente essa organização subordinada ao trabalho formal. Não necessariamente a sua qualidade de vida irá piorar subitamente em algum momento de dificuldade financeira, mas os riscos corridos são tomados como desafios auto impostos, como coisas que “fazem parte” da vida de um comerciante que aspira o empreendimento, o crescimento da empresa diretamente relacionado com o crescimento pessoal. Antes, a divisão da rigidez do trabalho e o hedonismo do consumo, agora a entrega completa do neossujeito da obra de Christian Laval e Pierre Dardot, *A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal*, que busca tanto a identificação com o trabalho, como tornar-se pessoalmente a empresa. Difere dos casos que ocorrem dentro de empresas maiores, como discurso de competição interna e superprodutividade para bater as metas estabelecidas. Essas metas se refletem diretamente na qualidade de vida desse sujeito pela quantidade de mercadorias que ele venderá, desassociado do ciclo mensal do trabalhador assalariado.

Cleber também expressa uma opinião acerca dessa organização financeira, quanto ao tempo de trabalho e dos gastos, afirmando constantemente que é necessário um movimento pessoal para equacionar os gastos, os

lucros, o tempo de expediente e as férias. Pouco diz, porém, de outros benefícios, como planos de saúde, afastamento médico remunerado, que ele também não possui. A própria burocracia que envolve esses direitos parece ser um dos elementos que agravam esse pensamento, exemplificado no relato a seguir:

“Eu trabalho até uma semana antes do Natal, então é tudo questão de você se planejar e se programar né... Eu trabalho dessa forma. Eu tiro férias normalmente, não tem problema, eu me programo para o final do ano. Às vezes acontece que no final do ano, tenho que tirar isso, porque as férias da minha esposa são só em março. Aí você conversa com o cliente, que você tá saindo de férias e a gente vai dar uma descansada, então eu ajeto isso com quinze dias de antecedência, vou avisando os clientes... Tá sendo muito legal para mim. Se eu soubesse que era dessa forma, tinha começado antes.”

As técnicas de gestão empregadas para manter os trabalhadores completamente comprometidos com o seu trabalho aparecem de formas cada vez mais profundas no sujeito neoliberal. As tabelas e gráficos de desempenho expõe aos trabalhadores as exigências e as condutas que se esperam dele, objetivando-as nessas ferramentas. A maior parte dessas ferramentas estão ligadas as ações de identificar, interiorizar e culpabilizar os sujeitos considerados falhos, no caso de empresas. Para Dardot e Laval, a empresa não só se torna o modelo geral de organização social, mas uma forma de relação racional que deve ser incentivada e valorizada a todo instante. A empresa se torna modelo para uma nova ética, um novo *ethos*, a partir de procedimentos de avaliação e auto-governança, para estar sempre vigilante quanto a si mesmo. Correlacionando com a história da literatura conhecida como auto-ajuda, os autores apontam como esse ideário individualizado chegou em bases comportamentais, atomizando as relações. Em citação ao pensamento de Samuel Smiles, que diz que a maneira como um homem é governado pode não ter grande importância, ao passo que tudo depende da maneira como ele próprio se governa, os autores procuram justificar essas bases comportamentais contemporâneas. (LAVAL, DARDOT, 2016)

Para os autores, esse *ethos* pressupõe um trabalho de racionalização até o mais íntimo do sujeito: a racionalização do desejo. Isso significa que, os dispositivos de estímulo do autogoverno se tornam edificações para o sujeito, que pensa sua vida e seus planos, racionaliza-os, traça os melhores planos e metas para atingi-los, controlando-os, elaborando estratégias para alcançá-los. Busca continuamente maximizar seu capital humano em todas as áreas de sua vida, trabalhar a si mesmo. Nas palavras dos autores: “o que distingue esse sujeito, é o próprio processo de aprimoramento que ele realiza de si mesmo, levando-o a melhorar incessantemente seus resultados e seus desempenhos” (LAVAL, DARDOT, 2016, p. 333). Essa é “a ética do nosso tempo”, mas com um caráter mais selvagem, mais guerreiro, que exalta a força e a destreza para alcançar os resultados num infinito de adversidades. É necessário fundir Aquiles a Odisseu.

Essa ética é diferente da ética protestante do início do capitalismo, que apontava Weber (LAVAL, DARDOT, 2016). Não se trata mais da “*metanoia*” grega, da conversão, que era precisamente o rompimento com o eu. O sujeito não entende mais o sucesso no trabalho como forma de eleição divina, como garantia do seu pedaço no céu. O trabalho, na empresa, não torna, na sua retórica, o trabalhador mais obediente, mais dócil. Requer dele algo diferente, uma energia transpositora de si mesmo enquanto assalariado, uma liberdade selvagem e individual, ele tem de se tornar a empresa de si mesmo. Essa suposta liberdade de ações, sucessos e falhas individuais, a ilusão do fim da alienação, uma vez que há a noção de que sempre se trabalhará para você mesmo,

se autovalorizando a cada nova experiência passada no circuito de trabalho. Dessa forma, a empresa enquanto esse espaço de liberdade e responsabilidade de ação, é formada por empresas de si mesmo, cada trabalhador está apto a sê-la, basta transformar-se nela, transcender-se de si mesmo como trabalhador, e conquistar o status de “empresa que vende um serviço a um mercado”.

A respeito dessa transformação subjetiva, os autores buscam em Bob Audrey, teórico dessa nova ética, as formas discursivas desse pensamento, e apontam que ela é “a resposta a uma nova regra do jogo, que muda radicalmente o contrato de trabalho, a ponto de aboli-lo como relação salarial” (LAVAL, DARDOT, 2016, p. 335). O trabalhador agora tem que se manter valorizado e valorizando seu trabalho, mas não só enquanto trabalhador *no* trabalho, mas em todos os aspectos da sua vida. O aspecto da empresa enquanto valorização constante aparece na *valorização do eu*, aparentemente transformando o trabalho, que era meio, como um produto final, do qual deve-se acrescentar trabalho para se manter valorizado, por que é medido de forma cada vez mais precisa, como trazem os autores. Mas quão precisa realmente podem ser essas medições e em que se baseiam? Não só esses métodos de medição aparecem um tanto quanto obscuros no texto dos autores, citados apenas em exemplos de utilização de metas e repetição do discurso.

A autovalorização agora consiste, segundo a dupla de autores, em uma “*epimeleia*”, ou um cuidado de si mesmo na cultura grega, mas ressignificado. O cuidado de si mesmo é autovalorização, na medida que se busca tirar o maior rendimento possível em todos os âmbitos da vida. A gestão familiar, um “portfólio de atividades”, e uma relação com o tempo que não se dá mais na relação salarial, mas como projetos que devem ser concretizados e atingidos. O valor do indivíduo não se encontra mais nos direitos que lhes são garantidos ao nascer, mas na posição conquistada por intermédio do “empreendedorismo” de si mesmo. Entretanto, talvez isso não possa ser dito da periferia do capitalismo, que vem enfrentando muito mais uma perda de direitos trabalhistas e exclusão dos postos de trabalho, sem nenhum ou quase nenhum benefício, do que um movimento espontâneo inspirado unicamente no discurso do empreendedorismo.

Ainda analisando o discurso de Aubrey, reconhecem nele uma premissa de que existam conjuntos de técnicas práticas que podem ajudar o indivíduo a sua autovalorização, mas devem ser descobertos, implementados por cada um individualmente. Exige-se do sujeito que ele seja “ativo” e “autônomo” em todas as suas atividades da vida – no casamento, no lazer, no cuidado com o corpo. Assim, Laval e Dardot reconhecem essa autoatividade determinante como uma “*ascese*”. (LAVAL, DARDOT, 2016)

Essa ética neoliberal que os autores delineiam, não se restringe aos limites da empresa. Isso se deve ao sucesso no trabalho confundir-se com o sucesso pessoal, mas ainda mais, a “gestão moderna” filia as subjetividades a partir de controles e avaliações de personalidade e caráter, individualizado, inclusive, os traços psicológicos de quem somos. No limite, os bem-sucedidos são vistos como sábios, ou aqueles que alcançaram essa verdade para angariar o status que possuem. A própria experiência na empresa é tomada como formação, como espaço de aprendizado e autodiagnóstico, mas não sem suas respectivas austeridades. A *ascese* é remetida da cultura grega antiga como uma forma de autogoverno, práticas que buscam conduzir um eu a aproximar-se de um ideal proposto no discurso, e em cada situação questioná-lo sobre o que se deve fazer. A gestão moderna apropriou-se do discurso para lhes atribuir um significado simbólico, mas que visa a formação subjetiva dos assalariados. Dessa forma, diferente da cultura de si mesmo encontrada por Michel Foucault, como aparece na obra dos autores, o resultado é uma assimilação total da empresa pelo sujeito. A essa entrega e envolvimento total com a empresa, os mesmos buscam em Éric Pezet a melhor definição: a ascese do *desempenho*.

Inúmeras técnicas têm surgido nesse campo, assim como seus gurus. *Coaching*, Programação Neurolinguística, Análise Transacional, etc., visam tornar o sujeito mais racional, ter mais domínio de si mesmo, e se tornar mais operacional em situações desfavoráveis. Independentemente de “escolas” ou “gurus”, como citam os autores, o que interessa é os pontos que ligam todas elas. Destacam dois:

“O primeiro aspecto é que todos se apresentam como saberes psicológicos, com um léxico especial, autores de referência, metodologias particulares, modos de argumentação de feição empírica e racional. O segundo aspecto é que se apresentam como técnicas de transformação dos indivíduos que pode ser utilizada tanto dentro como fora da empresa, a partir de um conjunto de princípios básicos.” (2016, p. 339)

Contudo, essas condutas não estão voltadas unicamente para o controle de si mesmo, também pregam pela maior efetividade nas relações e nas comunicações, afetando o outro, sejam compradores, subordinados, ou em qualquer outra relação social. A ideia é sempre obter maior efetividade para alcançar seus objetivos naquele momento e se manter valorizado. As formas de internalizar esses conjuntos de práticas podem ser diversas, mas o ponto nevrálgico situa-se na compreensão do processo de comunicação. Esse processo visa estabelecer uma comunicação de pretensa igualdade entre os interlocutores, indivíduos que estão em um mesmo estado de espírito, voltados para “decodificar e transmitir sinais” de um jogo social que aparece num segundo plano, já que nem sempre os interlocutores estão completamente aptos a compreender os reais motivos por trás das palavras do outro, e até de suas próprias. Isso também aparece na fala de Cléber vista acima.

Assim, esse conjunto de técnicas práticas de controle de si e influência sobre o outro transforma os processos de comunicação em instrumentos para a realização de projetos, buscando alcançar soluções “pragmáticas”. Não se trata de entender o porquê da comunicação, mas como torná-la efetiva para atingir o que se pretende. Também postula que todo indivíduo tem como recurso a si mesmo, possui nele mesmo os recursos necessários para alcançar seus objetivos e superar eventuais dificuldades. O campo profissional tem se mostrado o mais fértil a esses discursos. Também, pudera! É a alçada que toma o discurso para si e o pratica. O desenvolvimento pessoal, a comunicação “aberta” e “positiva”, buscando a maior eficiência e desenvoltura, a ideia assalta o espaço a partir da repetição do discurso. É necessário para os chefes e gerentes, para melhorar sua “liderança”, sua comunicação interpessoal. Mas, quem não quer se tornar um líder? Tomar esse discurso como verdade sugere que todos podem se tornar líderes, basta comprometer-se com seu desenvolvimento pessoal, dentro e fora da empresa, para que esse *status* psicológico seja de alguma forma reconhecido pelas suas conquistas e suas ações. Ou seja, transcender o status passivo de assalariado. Quanto mais disciplinados consigo mesmo forem os indivíduos, maior será o crescimento global da empresa. Um espaço de evolução, de valorização, e, mais importante, de competição. Isso é o que prega todo esse discurso.

Esses exercícios práticos e discursivos tem a intenção de transferir unicamente para o indivíduo todo o “peso da complexidade e da competição”. Para Valérie Brunel, autora citada por Laval e Dardot, que busca no pensamento lacaniano a expressão “gerentes da alma”, essas ações buscam orientar os indivíduos a assumir uma “expectativa de certo comportamento e certa subjetividade no trabalho”. O que está em voga é a indômita economia global, assim como o domínio de suas tecnologias. Inapto a controlá-las, o sujeito deve exercer o maior governo sobre si mesmo, resolvendo as situações de adversidade por meios próprios, pela sua comunicação. Para

os autores, “o domínio de si mesmo e das relações comunicacionais aparece como contrapartida de uma situação global que ninguém consegue mais controlar”.

A ascese, portanto, toma um outro rumo que não aquele que Foucault identificou: o indivíduo não trabalha *a* si mesmo, como objeto e fim desse trabalho, mas trabalha *para* si mesmo, autovalorizando-se para retirar desse valor o maior proveito possível. Uma ascese como instrumento, como tecnologia. Contrapondo a ascese de Foucault, os autores trazem a versão de Pierre Hadot (LAVAL, DARDOT, 2016) que a coloca como forma de “autossupressão e universalização”, por remeter a “certa ordem do mundo”, uma razão externa imanente. Historicamente transformada, diferente da grega estóica ou da ética protestante, a ascese do desempenho também encontra sua razão imanente no externo, “na ordem econômica que ultrapassa o indivíduo”, concebendo e transformando a conduta do indivíduo nessa nova ordem lógica da competição global. O indivíduo ainda trabalha *a* si mesmo para ser mais produtivo, mas faz isso com a intenção de se tornar mais produtivo para a empresa, que para os autores é a unidade de referência. Estar em harmonia consigo mesmo, com a empresa, e com o mercado global.

Portanto, quando permeiam estes campos, psicológicos e éticos, se trata de aplicar métodos desses campos ao sujeito, para fundar-lhe o subjetivo pelos parâmetros da empresa. Trazendo a síntese do pensamento do psicólogo Will Schultz, “quando não se pode mudar o mundo, resta inventar-se a si mesmo” (LAVAL, DARDOT, 2016, p. 344). Tudo quanto permeia o mundo hostil e competitivo, é motivo de superação de si mesmo, de como escolher lidar com as situações adversas, como e fossem exclusivamente escolhas individuais: “... a partir do momento que o sujeito é plenamente consciente e mestre de suas escolhas, ele também é plenamente responsável por aquilo que lhe acontece” (LAVAL, DARDOT, 2016, p. 344). Sua autonomia está pautada diretamente nas responsabilidades que trazem o fracasso. Mesmo assim, o fracasso ainda é entendido como motivos para superação a todo instante do sujeito por ele mesmo, como um processo que se reinicia a cada tentativa, já que a intenção é *sempre* melhorar de alguma forma. O ator das imposições de comportamento ao sujeito, nesse discurso, não é o “mundo” diretamente, que é transformável e transforma a partir das relações *de* trabalho, *com* o trabalho, e *no* trabalho. Nesse caso o ator é o próprio sujeito que deve desdobrar seu eu para atender as exigências e imposições que ele mesmo se coloca como meta de vida, seus resultados na vida, perante ao mundo, são feitos de si mesmo. Para os autores, esse é um dispositivo de “*autocoerção e autoculpabilização*”.

O *management*, esse discurso empresarial que é aplicado sobre o sujeito, mobiliza toda a subjetividade, não apenas o ser no trabalho. O discurso técnico, com certo ar científico, mas ao mesmo tempo transgressor e criativo, oferece as ferramentas para o sucesso no mundo capitalista, a realização de si no mundo. Forma também um amplo mercado de vendas e investimentos de cursos, palestras, “materiais didáticos”, manuais a respeito do tema.

O neossujeito é portador de “capital humano”, que deve acumular e valorizar a todo momento, por decisões bem esclarecidas, calculadas da melhor maneira pelos custos e benefícios. Isso também envolve correr riscos em situações inesperadas ou adversas, e o sucesso ou fracasso das ações tomadas estão sob responsabilidade individual. As posições sociais e econômicas também são consequências desse sucesso nas decisões perante adversidades.

Os autores apontam que desde o século XVIII, o discurso de riscos está associado ao mundo capitalista, em que até “patifes e ladrões”, são considerados corajosos por serem “homens de renda incerta”, aqueles que correm riscos e empreendem, diferente dos empregados, os “homens de renda certa” (LAVAL, DARDOT, 2016).

A questão central é que esse discurso aparenta uma naturalização das incertezas e riscos, e que na verdade são causadas pela precarização do trabalho. Sem as seguranças, mínimas que fossem, o Estado já não possui papel determinante na vida do indivíduo, os riscos que correm não estão mais ligados a “riscos sociais”, destruindo cada vez mais a dimensão coletiva dos riscos. Para os autores, esse discurso cada vez mais individualizante, afeta até as estruturas mais tradicionais do capitalismo, como a família e as classes sociais.

Mesmo o próprio Estado tem papel importante para a realização desse discurso. Seja por meio das “reformas” administrativas ou das relações de trabalho, o Estado tem sido o principal facilitador das práticas e comportamentos políticos que reproduzem o discurso empresarial, transformando-se em empresa cada vez mais explicitamente. O compartilhamento desse discurso, das técnicas de sucesso individual, também sugere o compartilhamento do risco, quando se supõe que “o indivíduo tem condições de acessar as informações necessárias para sua escolha, deve-se supor que ele se torna plenamente responsável pelos riscos envolvidos” (LAVAL, DARDOT, 2016, p. 349). Essa ética individualista se estende a todos os âmbitos do sujeito, em suas ações cotidianas, seja profissional, médica, familiar, etc. Todo peso das responsabilidades das escolhas tomadas é visto individualmente.

Nesse novo autogoverno, o empresário de si próprio tem a necessidade de se tornar cada vez mais responsável e coerente pelas ações e escolhas que faz, sendo, como antes, cada experiência e fracasso um novo motivo para se superar. Mas a superação e conquista de novos bons resultados, só pode se dar a partir de um intenso autocontrole, que irá forjando a responsabilidade do sujeito. Apenas o discurso “*coaching*” não é o suficiente para que o indivíduo atinja esse status. O efeito desses esforços discursivos se concretiza na *subjetivação contábil* do sujeito, colocado em constante avaliação dos outros, mas, principalmente, de si mesmo. Isso porque o sujeito já foi educado para reconhecer de antemão a competência do avaliador e a validade das ferramentas. Todo o aparato discursivo, tecnológico-informacional e avaliativo, tornam os objetivos e metas mais palpáveis e alcançáveis, os superiores imediatos mantêm o indivíduo atento aos resultados, assim como esses próprios impõe ao sujeito sua “evolução”.

A essa altura, os autores salientam um argumento importante em relação a diferença do trabalhador neossujeito, para o trabalhador pautados nas organizações burocráticas, que reconhecia um futuro plausível para que pudesse calcular seus gastos e lucros. O neossujeito está em constante risco, portanto sua capacidade e força de trabalho estão medidas pelo seu desempenho, em dispositivos que estão constantemente medindo seus resultados. Assim, dizem, o “sujeito não vale mais pelas suas qualidades estatutárias que lhe foram reconhecidas durante sua trajetória escolar e profissional, mas pelo valor de uso diretamente mensurável de sua força de trabalho” (LAVAL, DARDOT, 2016, p. 351). Os resultados financeiros, que valorizam de alguma forma a empresa, em si ou de si, produzem outro aspecto que molda o neossujeito, a *subjetivação financeira*. As relações sociais são transformadas em transações financeiras entre sujeitos-empresa. A “técnica de si mesmo” visa não só a adaptação e integração, mas a intensificação do desempenho.

A racionalidade neoliberal é entendida pelos autores como algo além de uma força mecânica que pressiona os indivíduos externamente. É, antes de tudo, a forma como os sujeitos são levados a “funcionar de acordo com os termos do jogo imposto” a eles. Para eles o dispositivo de “desempenho/gozo” demonstra os elementos diferentes do dispositivo de eficácia industrial, para compreender o novo sujeito neoliberal. A partir do culto aos esportes, em diversos modelos de organização social e econômica do século XX, os autores começam a abordar as faces da ascensão do desempenho e do sucesso no meio competitivo, o “esporte da competição”, que

eleva aos céus os bem sucedidos, tornando-os heróis modernos. Sobre isso, pairam aqueles discursos aparentemente “técnicos” e “psicológicos”, que buscam mostrar de forma lógica os caminhos do sucesso que qualquer um pode alcançar.

O discurso da competição como a forma geral das relações sociais transforma a analogia do esporte em todas as formas de relação, como se fossem o próprio trabalho. Nesse processo, sacrifícios também são necessários, levando a um comportamento de analisar o que é *útil* e o que não é. Assim, a empresa se identifica com os campeões, que tem melhores resultados, e patrocina sua imagem, a exemplo dos esportes, que são um “laboratório do *business* sem constrangimentos”. A ausência de fidelidade em detrimento de se vender a quem paga mais, o cuidado com o corpo, o aprimoramento das habilidades físicas e mentais, o fascínio pelo extremo, a superação dos limites a todo instante, o espetáculo montado sobre a competição do sujeito devorando a si mesmos e aos outros. Outro ponto importante da análise é a respeito do “lazer ativo”, dando preferência a atividades que elevem o poder de superação e agreguem algum valor humano ao sujeito. Os *reality shows* também são uma fonte de cristalização desse discurso, em que os participantes estão em competição e constantemente vigiados e “lutando pela vida”, retomando o mito robinsoniano que Marx já avisara *n’O Capital*.

A nova arte de governar pessoas não consiste mais em fazer delas objetos passivos de ações externas, mas o que ocorre é uma fusão entre poder e liberdade subjetiva, fazendo o sujeito aceitar e querer fazer parte do jogo de competição, do desempenho e gozo, ao contrário do modelo industrial, que associava o desprazer do tempo de trabalho com o prazer do consumo. Assim, o neossujeito é levado a produzir sempre e mais, e indissociavelmente, a gozar sempre e mais, num processo que se torna sistêmico. Não só, esses novos sistemas que imperam sobre a vida, o dever do desempenho e do gozo, dividem as pessoas em duas categorias, aqueles vencedores por mérito, e os perdedores por essência. Dizem:

“Não se pede mais do sujeito que seja simplesmente ‘conformado’, que vista sem reclamar a indumentária ordinária dos agentes da produção econômica e da reprodução social. Não só o conformismo não é mais suficiente, como se torna suspeito, na medida em que se ordena ao sujeito que ‘se transcenda’, que ‘leve os limites além’.... O sujeito mira sempre num ‘algo mais’, algo além do que as próprias expectativas almejam, uma super exploração de si mesmo para que a vida seja útil, um ‘excesso de si em si’, ou uma ‘superação indefinida de si’. Segundo a lógica empresarial, o sujeito não busca a ‘posse de si’, mas encontrar um eu superior a ele mesmo a cada novo passo.” (2016, p. 356)

Utilizando a teoria de Foucault, os autores delineiam que o controle dos corpos a partir da disciplina para tornar os sujeitos úteis a produção econômica foi superado. A divisão do trabalho, dos afazeres e movimentos, eram a espinha dorsal do funcionamento desse tipo de gestão ligada principalmente ao fordismo. Cada indivíduo agora é responsável pelo seu corpo, não só para mantê-lo útil a si mesmo, mas para que fique *cada vez mais útil*. Assim, não há interferência ou adversidade externa que justifique o comodismo ou a aceitação de limites - eles estão lá para serem ultrapassados. O discurso de aparência psicológica busca subjetivar essas ações contábeis para que tenham validade em todos os âmbitos da vida das pessoas. Esse aspecto “psi” altera a forma como os indivíduos concebem a si próprios, como seres psicológicos passíveis de transformações. O sujeito neoliberal não parece ser produto direto dessa construção psicológica, mas “o discurso sobre o sujeito aproximou os enunciados psicológicos e os enunciados econômicos até quase fundi-los”. Sendo assim, a valorização do capital humano inerente a cada indivíduo, entendido como o único capital inicial necessário para avançar na trajetória

de empreendimento e sucesso, se naturaliza pelo discurso psicologista, se tornando um *ser-empresa*, onde *ser* apresenta duas possibilidades: a primeira é o imperativo de que qualquer indivíduo possa se tornar empresa, a segunda é o ato internalizado e processo contínuo do de *ser* a todo instante, para *se tornar* cada vez mais empresa. A cada vez que o indivíduo busca esse objetivo em si mesmo, e o realiza por meio de atos concretos em sua vida, o próprio objetivo se afasta utopicamente, de forma a pedir que o indivíduo se supere nele mesmo, mantendo os atos bem sucedidos e mudando os fracassados, não importando quais sejam eles.

Na análise dos autores, a psicologização das relações sociais e a humanização do trabalho faziam parte de um movimento para atenuar as desilusões e desumanização do trabalho fordista, buscando associar a dimensão subjetiva do indivíduo, de suas paixões e prazeres, com o desempenho e felicidade no trabalho. Esse objetivo final de felicidade no trabalho interessou muito o discurso empresarial, percebendo que esse aspecto subjetivo era a chave do bom desempenho das empresas. Diferente de algumas interpretações de Nikolas Rose pelos autores, a democracia não poderia andar de mãos dadas à produtividade industrial. As consequências dessa fusão foram muito mais perversas do que o imaginado. O discurso da liberdade, da identificação, do prazer no trabalho, inicialmente apresentado popularmente como “de esquerda”, em termos políticos, que buscava a satisfação do indivíduo, o engajamento político, a democracia, acabou se tornando um falseador da realidade, uma vez que foi conduzido à racionalização dos desejos, e não a sua expressão e realização deles, para sobreviver em um mundo competitivo, fazendo de todos os indivíduos *tabula rasa*, portadores do seu próprio capital humano, livres para escolher os caminhos do sucesso, livres para fazer o que quiser mas não para querer o que quiser. A liberdade se torna uma *obrigação de desempenho*.

Sendo assim, a contribuição que Laval e Dardot trazem para entender os artifícios discursivos e organizacionais que as classes dominantes buscam propagar, nos ajuda a aprofundar o debate sobre o que é empreendedorismo e sujeito empreendedor. A ética reconhecida nesse percurso traduz muito bem o ímpeto selvagem e ao mesmo tempo ultrarracional que esses discursos pregam, se utilizando de uma falsa postura técnica e científica para validar suas postulações enquanto presenteiam o sujeito com ferramentas que já faziam parte dele mesmo, as tornando conscientes e lançando o sujeito em um oceano de riscos e possibilidades inimagináveis, fazendo com que todos os objetivos conquistados apareçam com uma dupla e contraditória significação. Esses objetivos conquistados são tomados como gigantes na microescala do sujeito e devem ser comemorados como vitórias sobre o mundo hostil da economia globalizada, e são minúsculos na macroescala da economia globalizada, devendo ser superados o mais rápido possível para que outros e maiores objetivos tenham espaço na sua atuação, elevando seu valor, sua liberdade, desempenho e gozo, como foi possível verificar nas entrevistas com o Cleber.

Mesmo assim, é importante lembrar que reconhecer esse ideário não significa que ele seja o mais importante ou determinante nos movimentos econômicos, sociais ou políticos. Significa que é possível reconhecê-lo como corolário que suporta esses comportamentos, mas que precisa ser divulgado, internalizado e repetido diversas vezes e por muitas formas diferentes – na indústria cultural, nos espaços de trabalho, nas redes sociais, nas regulamentações políticas, etc. Os resultados desse discurso também serão variáveis em lugares diferentes do globo. Não se pode tratar igualmente, como o centro e a periferia do capitalismo irão receber e reconhecer esses discursos e práticas, para não generalizar de forma idealizada, sem relação com a realidade, uma vez que as condições em cada uma são diferentes. É determinante a influência de discursos como esses apresentados por Laval e Dardot, que conformam muitas vezes ideologias e modos de vida distintos, buscando

amenizar ou camuflar completamente as contradições entre eles e a realidade, a vida das pessoas propriamente dita. Mas, é necessário também reconhecer quem são as pessoas que o propagam sabendo da real motivação dessa ética, e aqueles que apenas reproduzem sem qualquer crítica, tomando tudo como verdade.

4. Considerações Finais

Enfim procurarei aqui, considerar quatro pontos sobre o que foi apresentado e debatido ao longo do trabalho, que de alguma forma se mostraram mais importantes durante a pesquisa de campo, feita com o vendedor ambulante, e a produção textual. O objetivo é apresentar considerações que possam ser pertinentes para o tema, sem a pretensão de estabelecer conclusões finais irredutíveis., muito pelo contrário, a apresentação desses pontos é uma indicação ao que possa vir a ser pesquisado e analisado em estudos futuros. Eles são: a questão da realização do valor na esfera dos serviços; a detenção dos meios de produção; a noção de empreendedor; e o debate sobre a superação ou reforma do sistema capitalista.

A respeito do primeiro ponto, da possibilidade de realização do valor na esfera dos serviços, podemos apontar que, no caso de Cléber, ele não está de forma alguma realizando algum valor na venda de seus produtos. Antunes, em suas análises sobre a possibilidade de realização desse valor, dessas novas formas de “extração de mais valia” a partir da privatização dos serviços públicos e deterioração dos direitos trabalhistas, leva muito pouco em consideração a sua relação com o mercado financeiro enquanto agente econômico, aparecendo no seu texto muito mais como uma faceta política determinante ao Estado, e como uma faceta social, determinando as relações pessoais e econômicas de acordo com a sua lógica. Essa lógica, para ele, se traduz nas novas formas de organização do trabalho que começam a surgir com o Toyotismo e com a acumulação flexível – ou com a liofilização organizacional -, mas não se percebe em que ponto atua tão profundamente o capital financeiro objetivamente nos movimentos econômicos que levam a esses fenômenos. Percebe-se as mudanças na organização do trabalho, na deterioração dos direitos trabalhistas, na desorganização política dos trabalhadores nos sindicatos, nos sequentes governos que o Brasil teve durante a década de 1990 até agora, mas ainda sim há alguma lacuna que explicita qual foi o papel do capital financeiro *objetivamente*, não só como uma nova forma de relação social e trabalhista, que talvez não seja tão nova assim.

Dessa forma, é muito difícil relacionar as questões que Cléber tem vivenciado na precarização do seu trabalho com a precarização do trabalho abordado por Antunes, mesmo que este apresente questões importantes para se entender os pormenores dessa degradação, principalmente em relação aos direitos trabalhistas. Mas, algumas dessas questões podem ser colocadas na balança, especialmente a financeirização dos serviços. Não no sentido de que haja uma grande possibilidade de realização do valor no trabalho do âmbito privado em relação ao público, ou um grande mercado a ser explorado, mas a possibilidade se encontra na necessidade de financiamento desses serviços junto ao capital financeiro, por empréstimo de crédito nos bancos, ou até mesmo nos processos de monopolização desses mercados (LENIN, 2011). Mesmo que no caso de Cléber ele ainda tenha conseguido utilizar o FGTS para os primeiros investimentos, os direitos aos benefícios que as empresas são obrigadas a dar aos seus funcionários foram subtraídos inteiramente de sua vida, o deixando com a opção de utilizar os serviços públicos oferecidos pelo Estado ou pagar esses serviços por conta própria. Em outros casos, poderia ser necessário o financiamento dos meios de transporte para realizar as vendas e entregas, além da utilização massiva das formas mais tecnológicas de transferências digitais por cartão de crédito e débito, que cobram suas taxas de uso respectivamente.

Essa situação nos leva, conseqüentemente, ao segundo ponto escolhido para aprofundar as discussões

feitas até então, que é sobre a detenção dos meios de produção no trabalho de Cléber. É fato que Cléber possui um carro que transporta seus produtos para vender, assim como os isopores e geladeiras para armazenamento, e que todos esses produtos têm, de alguma forma, um custo de compra e manutenção que será pago com o dinheiro proveniente das vendas. Mas, essas mercadorias não podem configurar-se em meios de produção no sentido estrito que Marx concebia, por que efetivamente não produzem nenhuma outra mercadoria. Cléber revende mercadorias previamente produzidas, consumindo algum trabalho morto no percurso, mas de forma alguma produz uma mercadoria diretamente e, portanto, está a todo momento *consumindo*, ao invés de estar *produzindo* algo. Nem se tomarmos o exemplo da indústria dos transportes para buscar alguma realização do valor num sentido mais amplo, determinado pelo serviço/mercadoria transporte (ANTUNES, 2020), não seria possível classificar esse caso como realização do valor e/ou detenção dos meios de produção, ressaltando, mais uma vez, o caráter necessariamente *coletivo* e não apenas alienado, dos meios de produção. A contradição com o discurso que Laval e Dardot encontram na literatura *mainstream*, quando sugerem Bob Aubrey, é clara, assim nos encaminhando para o terceiro ponto proposto neste capítulo – a noção de *empreendedorismo*

A primeira noção de empreendedorismo, ou do que é ser um sujeito empreendedor é trazida nesse texto a partir de um artigo de Ludmila Abílio (ano), que faz uso de uma ideia de Schumpeter para delinear as primeiras interpretações do que é ser esse tipo de sujeito. Para ela, o discurso que é apresentado extensamente na obra de Laval e Dardot, por exemplo, faz parte dessa confusão proposital que as classes dominantes induzem a fim de mascarar a flexibilização e precarização do trabalho. Esses autores analisam extensamente os pormenores desse discurso, chegando à conclusão que ele transforma subjetivamente o sujeito, alterando seus desejos e sua ética através de um sistema de eficácia de desempenho/gozo, para lidar com a selvagem economia globalizada, buscando superar seus limites de desempenho em todos os âmbitos de sua vida. Dessa forma, faz-se acreditar que o trabalhador possui tudo o que ele precisa para ser um sujeito ativo e independente nessa economia caótica e incontrolável de forma inata, sempre tendo a sensação que está trabalhando *para e a si* próprio durante esse processo, mesmo subordinado a uma empresa. A ressalva que fizemos a respeito do crédito no início do capítulo 3 será desenvolvida agora

O sistema de crédito do capital financeiro é importante para a noção de sujeito empreendedor ou empreendedorismo, por que é ele que define em quais atividades produtivas e em quais lugares os recursos desse capital serão destinados. Isso demonstra muito mais o poder de ação dos bancos no processo de empreendimento de algum novo mercado do que apenas as novas formas tecnológicas de transação de mercadorias e dinheiro. Define também a quem serão emprestados, via de regra, no caso para as empresas maiores e com mais capital, intensificando os movimentos monopolizadores em escala mundial. As modalidades de crédito para pequenos negócios também são um sintoma desses movimentos, facilitando ou dificultado o empréstimo e pagamento posterior da dívida. Elas também hão de ter seu propósito nessa questão, já que a maioria deles não vai produzir significativamente mercadorias para o mercado global, mas, apenas comprar mercadorias que darão suporte a venda de outras mercadorias, como é o caso de Cléber.

Assim, não há apenas o uso de créditos por grandes emprestadores, como as grandes empresas multinacionais e os Estados, mas também para esses indivíduos que estão à margem do mercado de trabalho formal, que foram expurgados dos seus postos de trabalho, perdendo seus direitos trabalhistas e um lugar para vender sua força de trabalho, mesmo que utilizando os meios de produção de outra pessoa. Isso, sim, pode impregnar verdadeiramente o sujeito da ilusão do empreendedorismo, ou seja, essa detenção de mercadorias que

suportam a venda de outras mercadorias aparecendo como meios de produção com os outros aspectos subjetivos trazidos amplamente por Laval e Dardot. Dessa forma, para que haja a efetividade ideal em mascarar a precarização do trabalho, a explorar os dividendos do crédito e induzir a aceitação do discurso, esses elementos têm que estar em harmonia. O que se verifica é a falta de opção para a venda da força de trabalho no mercado e uma ampla divulgação desse discurso pela indústria cultural, pelas redes sociais, etc. – como foi dito por Cléber em relação às redes sociais.

Após essas considerações, parece necessário para a discussão uma crítica mais ampla, que consiga abarcar todos esses movimentos de uma forma totalizante e concreta. Essa tarefa, porém, não é simples nem breve de se fazer, sendo que a única possibilidade a essa altura do desenvolvimento do texto é apresentar algumas reflexões pertinentes ao tema, mas sem o aprofundamento feito nos capítulos anteriores. Um autor que não foi apresentado ao longo do trabalho, mas que pode contribuir com essa crítica da totalidade, é o alemão Robert Kurz. Este autor, apesar de não aparecer durante o texto, serviu para que se pudesse olhar as questões teóricas de forma mais crítica, com um pensamento em segundo plano que contrapunha parte dos argumentos dos autores utilizados no trabalho, especialmente no diálogo com Ricardo Antunes. Em seu ensaio *A falta de autonomia do Estado e os limites da política: quatro teses sobre a crise da regulação política*, lido em um colóquio “Capital e Estado na América Latina”, em 1994, Kurz apresenta uma visão aparentemente peculiar aos críticos da sociedade moderna e capitalista, principalmente os de tradição marxista mais ortodoxa. Nesse ensaio, Kurz demonstra os limites da atuação dos Estados nacionais e suas relações com o capital, apresentando uma tese sobre essa questão: o capital e o Estado são dois polos do mesmo “campo” histórico da modernização, o qual um não pode existir sem o outro. Esclarece que, mesmo com as experiências do Estado absoluto – e produtor de mercadorias - das repúblicas socialistas, há um imperativo do capital sobre o Estado que, ao invés de opor os polos políticos e econômicos, como equivalentes, que demandarão das lutas sociais a oposição de um sobre o outro, apresenta-se mais como uma dependência mútua e autodestrutiva. Dessa forma, nem a última inexistência do Estado regulador perante o mercado é possível, como o desaparecimento do mercado em detrimento do Estado. Essa é uma crítica que poderá estar presente em trabalhos futuros, mas que ainda não se encontrava madura o suficiente para ser implementada durante o texto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abilio, L. C. (2019). Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. *Psicoperspectivas*, 18(3). <http://dx.doi.org/10.5027/psicoperspectivas-vol18-issue3-fulltext-1674>

ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da servidão**: O novo proletariado de serviços na era digital. 2. ed. rev. e aum. São Paulo: Boitempo, 2020. 336 p. ISBN 978-85-7559-754-5.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 9. ed. São Paulo: Boitempo, 1999. 258 p. ISBN 978-85-85934-43-9

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: Ensaio sobre as metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006. 199 p. ISBN 85-249-0555-7

ANTUNES, Ricardo. OS CAMINHOS DA LIOFILIZAÇÃO ORGANIZACIONAL: AS FORMAS DIFERENCIADAS DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO BRASIL. *Idéias*, Campinas, v. 10, n. 1, p. 13-24, 9 out. 2003. Disponível em: ifich.unicamp.br. Acesso em: 24 dez. 2021.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: Ensaio sobre a sociedade neoliberal. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016. 413 p. ISBN 978-85-7559-484-1.

LENIN, Vladimir Ilich. **Imperialismo**: Etapa superior do capitalismo. Campinas: FE/UNICAMP, 2011. 270 p. ISBN 978-7713-130-0.

LUKÁC, György. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2010. 415 p. ISBN 978-85-7559-116-1.

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858 : esboços da crítica da economia política. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2011. 1290 p. ISBN 978-85-7559-172-7

MARX, Karl. **O capital**: Crítica da economia política. 29. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. v. 1. ISBN 978-85-200-0467-8

MARX, Karl. **O capital**: Crítica da economia política. 29. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. v. 2. ISBN 978-85-200-0468-5

SOARES, Maria L. A.; PETARNELLA, Leandro. 1968, O ANO QUE AINDA FAZ PENSAR: INTELECTUAIS INDAGAM SOBRE A IRRUPÇÃO DOS JOVENS NA SOCIEDADE INDUSTRIAL. *Avaliação*, Sorocaba, v. 14, ed. 2, p. 253-266, julho, 2009

APENAS trabalho autônomo supera nível pré-pandemia no Brasil, diz IBGE: População ocupada por conta própria bate recorde, diz IBGE. *In: Folha de S. Paulo*. [S. l.], 29 out. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/10/apenas-trabalho-autonomo-supera-nivel-pre-pandemia-no-brasil-diz-ibge.shtml>. Acesso em: 22 dez. 2021

APÓS um ano de pandemia, Brasil tem recorde de desempregados. [S. l.]: Estado de Minas, 30 abr. 2021. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2021/04/30/interna_internacional,1262081/apos-um-ano-de-pandemia-brasil-tem-recorde-de-desempregados.shtml. Acesso em: 22 dez. 2021.